

S
UFRJ/IEI

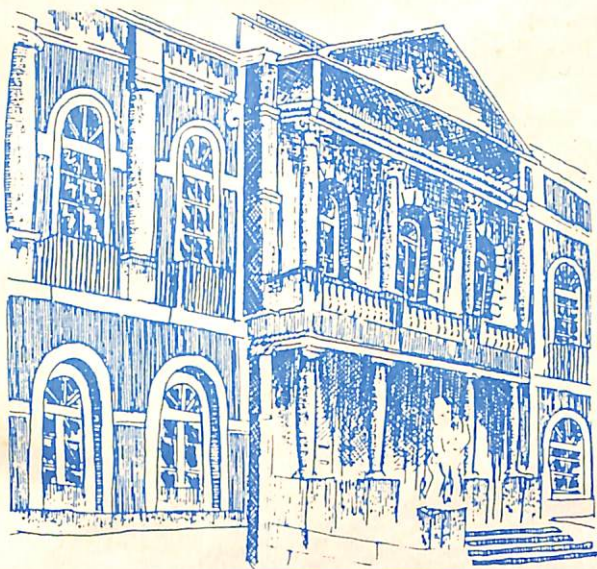
T0252

034473-7



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 252

UM SUB-PRODUTO DAS EXPECTATIVAS
RACIONAIS - Anotações de leitura
sobre as razões de Jon Elster

Maria Valéria Junho Pena

Fevereiro/1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



UM SUB-PRODUTO DAS EXPECTATIVAS RACIONAIS
- Anotações de leitura sobre as razões de Jon Elster -

Maria Valéria Junho Pena*
Fevereiro/1991



43 - 016644

(*) Elisa Reis e Isabel Ribeiro de Oliveira leram uma primeira versão deste texto, sugerindo desdobramentos e modificações que, em vários casos foram acatados. O que não o foi, se deve em parte à minha teimosia mas, também, a discordâncias quanto a algumas questões de natureza teórica e outras, estilísticas. De qualquer modo, e apesar dos defeitos que certamente possui, por causa de ambas, o texto como agora se apresenta é melhor que o que lhes entreguei para que comentassem.



ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO
IEI, COM A COLABORAÇÃO DA ANPEC
E O APOIO FINANCEIRO DO
PNPE



FEA - UFRJ
BIBLIOTECA
Data: 07.07.93
N.º 034473-7

S
UFRJ/IEI MS 88841
TD 252

FICHA CATALOGRÁFICA

PENA, Maria Valéria Junho.

Um sub-produto das expectativas racionais:
anotações de leitura sobre as razões de Jon
Elster./Maria Valéria Junho Pena. - Rio de
Janeiro: UFRJ/IEI, 1991.

28p., 21 cm. - (IEI/UFRJ. Texto para Dis
cussão nº 252).

Bibliografia: p.26-27.

1. Elster, Jon - Crítica e Interpretação.
2. Racionalismo. I. Título. II. Série.

As coisas que não levam a nada
têm grande importância

Manoel de Barros,
Matéria de Poesia

Este trabalho é essencialmente descritivo e provavelmente redundante aos que estão familiarizados com o pensamento de Jon Elster. No entanto, esses não devem ser muitos: com a exceção da presença do autor em uma reunião da ANPOCS, poucos artigos e um pedaço das idéias de seu livro **Making Sense of Marx** (1985), sua obra, que a essas alturas já é vasta, não está traduzida no Brasil. De qualquer forma, o objeto que agora está sendo privilegiado, sua teoria da ação e seu uso peculiar dos pressupostos que as expectativas dos atores sejam racionais como panorama para a reconstituição do terreno interdisciplinar próprio às ciências sociais, particularmente aquele que divide economia e sociologia, não tem consistido o objetivo primário das preocupações dos que compartilham comigo do encantamento com essa maneira de pensar, ao mesmo tempo culta e simplificadora.

Em um campo disciplinar excessivo, cujas afirmativas frequentemente não são falsificáveis e que explica a maior parte das questões que lhe são relevantes pelo apelo a uma multiplicidade de determinações entrecortadas e quase sempre espúrias, o que principalmente seduz em Jon Elster é sua preocupação com o rigor sem o abandono do bom gosto - em **Sour Grapes** (1983), por exemplo, tanto arrola sete argumentos contrários à tese que defende sobre a necessidade da expansão de uma concepção formal para uma substantiva de racionalidade, quase convencendo o leitor que o autor não tem razão, quanto exemplifica com um soneto de Edna St. Vincent Millay o significado da maximização em uma situação na qual se escolhe sob restrição.

Se se acata a afirmação de Levi Strauss que a ciência possui apenas duas formas de proceder, a reducionista e a estruturalista, Elster é um pensador do primeiro tipo, embora compartilhe com o colega o fato de se aproximarem ambos de seu

objeto olhando para suas relações e procurando entender qual o tipo de sistema elas constroem (Levi Strauss, 1978:9-10).

I think there should be a shift in emphasis in the social science from theories to mechanisms (...) I like to read people like Tocqueville, Hirschman, Tversky, or Schelling because they are people who really have an acute eye for mechanism. I think social science should become more ideographic - not going all the way to history, because I certainly think that there is a great scope for generalizations. But I think that the generalizations should take the forms of mechanisms, not theories. When you read someone like Tocqueville, he doesn't have theories; he has mechanisms. He describes causal structures, which are such that when you read them, you say, 'But this is exactly like something I saw the other day in a book about China' (Elster, em entrevista a Sweedberg, 1990:247-8). (1)

Se é plausível a associação que estou fazendo entre as invariâncias da análise estrutural, e os mecanismos do reducionismo de Elster, o próximo passo é buscar quais são esses últimos. Para tanto, é recomendável que se inicie pelo começo, em outras palavras, lembrando o pressuposto de seu individualismo metodológico e as implicações que acarreta para a análise da ação.

(1) O que revela exatamente o mesmo gesto de simplicidade que uma declaração de Levi Strauss a respeito de sua prematura vocação estruturalista, já nele prenunciada desde tenra infância, quando, embora incapaz de ler, se declarava apto para tal à sua mãe porque nos açougues e nas padarias (boucher e boulanger) percebia algo que era obviamente similar graficamente e que lhe prometia uma linguagem: sinais, combinações, milhares de palavras e um mundo de significados. Muito mais tarde, ele diria que com seu estruturalismo não estava pretendendo fazer fosse uma nova filosofia, fosse uma nova teoria, estava apenas procurando encontrar a ordem por trás da desordem, postulando, para isso, que os fenômenos no terreno da cultura, para estruturas formais semelhantes, embora substantivamente sejam de distintas naturezas. Como os fenômenos genéticos que podem ser interpretados pelo recurso a um código bastante simples, igualmente os da antropologia poderiam ser compreendidos por suas invariâncias.

.II.

Que o individualismo metodológico consiste em um tipo de reducionismo, explicando fenômenos complexos em termos de elementos simples, o próprio Elster o refere (1989:36-37). Entretanto, o fato de postular que todas as instituições, padrões de comportamento e processos sociais apenas possam ser explicados quando reduzidos a indivíduos, suas ações, propriedades e relações, não significa, em primeiro lugar, que os indivíduos sejam concebidos necessariamente como racionais e/ou utilitários, embora suas ações possuam "razões. Em segundo, sua adoção não acarreta a importação de uma teoria sobre a sociedade de cunho individualista que presume que os indivíduos, como se fossem átomos, a pré-existam. Em outras palavras, o individualismo metodológico consiste muito mais em uma posição sobre a investigação social que em uma teoria totalizadora - e totalitária, como em geral redundava essa pretensão - recheada de proposições a respeito da constituição e funcionamento das sociedades humanas. A ele não se aplica a competente descrição tipificadora que faz Dumont do individualismo enquanto discurso identificador da sociedade contemporânea (Dumont, 1985). Em terceiro lugar, ele não presume que a redução se estenda ao que se passa "na cabeça das pessoas". Tanto o self é múltiplo, ao mesmo tempo continental e republicano, e a consciência tortuosa e de difícil, senão impossível integração, quanto a ação humana é elusiva, atraída por objetivos que se revelam como cantos de sireias e que provoca resultados na maior parte das vezes não perseguidos. Por isso, é errado interpretar a incompetência no alcance de alguma coisa que se quer como tendo sido produzida, como afirma a psicanálise, por ações boicotadoras, conscientes ou inconscientes, contra os desejos.

O exemplo de Elster é esclarecedor sobre o individualismo metodológico: na frase "os Estados Unidos temem a União Soviética", o primeiro substantivo coletivo, mas não o segundo, é

objeto de redução porque são indivíduos norte-americanos que temem mas, temendo, temem uma "nebulosa entidade coletiva" (Elster, 1989: 26-37). Mas ele próprio se explica mais extensamente:

There is actually three distinct issues here. There is a rational choice theory; there is a methodological individualism; and there is a political individualism. Methodological individualism is the position with which I identify myself the most clearly. Now, rational choice theory presupposes methodological individualism - but not the other way around. You can be a methodological individualist and yet not believe or believe wholeheartedly in rational choice theory. That is increasingly the way in which my own thinking is developing over the last few years. I still think rational choice theory is very important. But I also think that the theory of social norms is very important (...) and I think that any acceptable theory of social norms has to be stated within the framework of methodological individualism. Now, political individualism - let's say liberalism - has nothing whatsoever to do with methodological individualism (Em Sweedberg, 1990: 236).

Assim, mesmo que já se saiba que a ação deva ser contemplada em termos de seu contexto normativo, é necessário, de antemão, compreender como é ela concebida. Sour Grapes reivindica na primeira frase de seu prefácio que "action is the outcome of choice within constraints" (Elster, 1983:VIII). Embora, em geral, o termo escolha seja entendido como próprio ao território conceitual da liberdade, e restrições ao território conceitual da necessidade, tanto as restrições podem ser escolhidos (por exemplo, através de um cálculo sobre expectativas de gratificações/privações) quanto as escolhas podem ser restringidas. Daí a imposição da especulação a respeito da razão da escolha. Ulysses and the Sirens e Sour Grapes tratam ambas dessas qualificações, examinando aquilo do que, afinal, se trata a ação humana, as razões que impelem ao uso da liberdade.

Rationality is very simple. It is the following:
rationality means using the best means to realize

your ends. Now, let us suppose someone says: I am irrational, and points to the fact that he consciously and deliberately does not choose the best means to realize his ends. Well, that kind of reaction would make me question if that indeed is his end. Because it seems to me that the central evidence for imputing end to other people is their action. And if the choice means that they are not conducive to a given end, that's the best evidence to think that they don't have that end. So it is not as if we had a choice, as it were. We have to assume that people are rational in order to impute ends and goals to them. This is incidentally not my idea - it basically comes from Donald Davidson - but it seems to me to be compelling (Em Sweedberg, op.cit: 242).

Racionalidade não supõe somente que os indivíduos atuem consistentemente a suas crenças, desejos e recursos, mas também que as crenças e desejos sejam, em alguma medida, racionais substantivamente, isto é, produzam-se através de julgamentos. Razões instrumentais, mas também normativas, impulsionam a ação. Essa a discussão de Elster com a perspectiva economicista da racionalidade, formalizada no desenho de uma função de utilidade que, usando uma noção que ele denomina estreita (thin) de racionalidade, toma desejos como dado que carece de especulação, terminando por concebê-la somente como uma relação entre preferência e resultado. Entendida em um sentido mais amplo, ela prestaria atenção, por exemplo, à capacidade que possuem os sistemas sociais de fazer as preferências individuais compatíveis com uma noção geral do que seja a racionalidade individual. De qualquer forma, em qualquer perspectiva e com qualquer visor, é errado pensar que a racionalidade é aquilo que comanda ao ator o que fazer e que o considera irracional se ele assim não o faz. De fato, na maior parte dos casos, a racionalidade apenas exclui certos caminhos, não estando capacitada a guiar a escolha entre os que restam.

Se esse equívoco pode ser obstado em qualquer das noções que se esteja utilizando, no seu sentido estrito, economicista e utilitário, no entanto, outros se acrescentam. Em outras

palavras, a consideração substantiva e não formal da racionalidade é uma imposição da eficiência nas ciências sociais.

Existem, ao menos, duas linhas gerais de ataque à visão estreita das expectativas racionais: em primeiro lugar, a analogia que procede entre o indivíduo racional e o indivíduo maximizador. A suposição de racionalidade não implica a aceitação que a preferência possa ser deduzida da utilidade maximizada durante a ação até mesmo porque ela, na maior parte dos casos, é **self defeating** e na vida, com constante regularidade, "as uvas estão verdes". O segundo confronto verifica-se no terreno da racionalidade coletiva, isto é, critica-se a apreensão de processos de **social choice** como resultado de agregação e não negociação entre racionalidades individuais.

.III.

É no terreno da crítica sarcástica ao teleologismo subjacente à maior parte do pensamento teórico que Elster confronta a identificação que a teoria contemporânea - e aqui a devastação é quase completa - produz entre racionalidade e maximização de utilidade. Na teoria moderna da utilidade, em seus desdobramentos pela sociologia ou pela economia, o que redundará é que a finalidade da ação se infere de seu desdobramento e a utilidade é apenas uma tradução *ex post* da ideia de preferência, nada implicando sobre estados mentais mais ou menos prazerosos que, de fato, podem ser o objetivo da ação. Reina uma concepção utilitária de racionalidade na qual ela significa, ao fim e ao cabo, o engajamento em um plano bem definido de escolha de melhores meios para realizar um fim sobre o qual não se tecem quaisquer considerações relevantes. A ação humana não seria diferente da atitude de qualquer investidor tomando decisões sobre investimento com base em expectativas de maximização de lucros.

No entanto, se de fato prazer ou felicidade, embora estados de espírito significativos para os indivíduos, sejam de difícil conceitualização, ainda assim a analogia da ação, de qualquer ação humana, com o ato de investir, não se sustenta porque esse último consiste em um plano concebido *ex ante*, enquanto a utilidade da ação humana, quando *ex ante* concebida, tende a ser **self defeating**:

it is a truism, and an important one, that happiness tends to elude those who actively strive for it (...) I want to stress that even if actions may sometimes be explained as attempts to maximize utility in the *ex ante* sense, we would not be justified in thinking that the attempt would succeed; rather the contrary (Elster, 1979: 9-10).

Existem, como objetiva o autor, certos estados mentais ou sociais que embora desejáveis e desejados, apenas podem ser alcançados como sub-produtos da ação, por exemplo, consciência de classe ou auto-respeito. Mais que a consciência de classe ou o auto-respeito, no entanto, a busca persistente da espontaneidade existencial que procedia Stendhal consiste na exploração mais sistemática que realiza Elster de estados que são essencialmente **by products** e que nenhuma inferência de preferência pela utilidade poderia entender, simplesmente porque seu alcance não pode ser o resultado de uma ação deliberada. Afinal, nenhuma classe poderia decidir ter consciência de classe sem que seus indivíduos já a tivessem previamente adquirido, uma proposta, pois, inconsistente nos próprios termos.

Sintomaticamente, o texto a respeito da frustrada tentativa de Stendhal de procurar "ser ele próprio" está publicada em um livro, organizado pelo autor e intitulado **The Multiple Self**, que contém artigos de várias procedências, mas todos versando sobre a fragmentação do "eu" em inúmeros continentes disciplinares, filosofia, literatura, política, sociologia, microeconomia (Elster, 1985b).

Apesar de admitidamente não compreendendo muito bem o significado do tema sartriano da autenticidade, a juízo de Elster os escritos autobiográficos de Stendhal constituem uma obra-prima sobre a impossibilidade lógica da realização prática da pretensão consciente à autenticidade, naturalidade ou espontaneidade, ou seja, do salto sobre a própria sombra: existem certos estados que, embora possam ser entendidos como tendo sido trazidos pela ação, não podem consistir em resultado deliberado, consciente e inteligente da ação: "we may call these states that are essentially by-products, and refer to the desire to bring them about as excess of will" (Elster, 1985b: 96).⁽¹⁾

"Querer ser si próprio" é explicitamente um estado que supõe dois sujeitos em um, o primeiro, aquele que quer; o segundo, aquele que é: a autenticidade implicaria a unificação impossível desse em si com aquele pour soi. Tal como a aquisição da fé de Pascal, argumenta Elster, de resto um empreendimento bem pouco stendhaliano:

Even if one is persuaded by Pascal's argument that the expected utility of belief is larger than that of non believing, this will not be itself set up the requisite belief. Yet even though belief in this sense is essentially a by-product, one might try to set up a causal process that will ultimately product the belief one desires. The process would have to include a self-erasing component, since the belief would hardly be stable if its non-cognitive causal origin was known. Pascal's advice - to acquire belief by acting as if one believes - takes care of this problem, since "cela vous fera croire et vous abêtira (idem: 98).

Mas talvez, e voltando a Stendhal, o momento mais doloroso dessa tentativa de espontaneidade é no amor e provavelmente por

(1) Por exemplo, é razoável, e depende de confirmação empírica, afirmar-se que a Revolução de 30 teria tido como consequência a hegemonia do empresariado industrial, o que é diferente da presunção que ela explicar-se-ia por ter tido como objetivo produzir essa hegemonia. Como os indivíduos, a história também se produz inadvertidamente e, diferentemente desses, ela não possui consciência.

isso, nunca tenha sido ele feliz nesse âmbito. Obsessivamente preocupado em ser natural, Stendhal questionaria tanto a possibilidade de se ser espontâneo no amor quanto de nele se obter retribuição através da naturalidade: *Il sent le poids immense qui s'attache à chaque parole qu'il dit à ce qu'il aime, il lui semble qu'un mot va décider de son sort. Comment pourra-t-il ne pas chercher à bien dire? ou du moins comment n'aurait-t-il pas le sentiment qu'il dit bien? Des lors, il n'y a plus le candeur* (Cf. idem: 99).

Precisamente porque as ações humanas são imprevisíveis nos seus resultados, e a maior parte delas **self-defeating** - embora isso não queira dizer que não tenham sido racionais em sua escolha e prospecção - é que o funcionalismo é tão equivocado e tão frágil a buscar reiterada de explicação para os fatos através dos resultados que esses produzem. A denúncia dessa fragilidade, pode-se afirmar, é a obsessão particular de Elster. Ela lá está em todos seus mais importantes textos. Mas sua presença não é conspicua; ela se destina a desmascarar o que tem sido, quase sempre, o modo de pensar dominante sobre a sociedade, economia ou política; Leibnitz, Mandeville, marxistas, marginalistas, Coser, Merton, Foucault, Bourdieu, de forma geral todos aceitam o suposto do que Elster denomina o paradigma forte - tudo possui função -, apesar de disfaçarem-no sob a presunção, suavizada, do paradigma principal - as ações, instituições, etc. se explicam por suas funções -. (Elster, 1982). Enfim, como resume o ideal mertoniano, retomando a lógica do aforismo de Mandeville que vícios privados se transformam em virtudes públicas, se a função não é manifesta, então ela será latente (Merton, 1964).

Foucault é objeto de crítica por suas frequentes **free-floating intentions that cannot be imputed to any individuals (...)** the consequence - explanations is suggested rather than explicitly stated. Foucault uses the technique of the **rethorical question**: "não poderíamos aqui ver uma consequência, mais que uma contradição? não seríamos forçados a supor que a

prisão, e sem dúvida, a punição em geral, não pretende eliminar as ofensas, mas, sim, distingui-las, distribuí-las, usá-las?; que não se trata tanto de fazer dóceis aqueles que transgridem a lei mas, sim, que elas tendam a assimilar a transgressão das leis dentro de uma tática geral de sujeição"? (Em *Vigiar e Punir*, cf. Elster 1983: 104). Em Bourdieu, a ausência de sujeito se substitui pelo recurso ao tudo se passa como se que, por exemplo, em *La Distinction* (mas seria válido igualmente para *La Reproduction*), acaba por entender que o comportamento que é bem sucedido nas impressões que provoca se explica em termos de seu sucesso, como se a ação fosse uma luta e o ator um estrategista. Especificando melhor, a juízo de Elster, a análise do sentido da "fala descuidada" dos intelectuais incorre de forma precisa nesse funcionalismo disfarçado. Intelectuais expressar-se-iam violando o idioma com a finalidade (maldoxa, poder-ser-ia acrescentar) de diferenciarem-se de pequenos burgueses que a duras penas aprendem a língua correta: *If everything happens as if intellectuals thought of nothing but retaining the monopoly, then objectively this must be what explains their behavior* (Elster, 1982). (1)

(1) Bourdieu, é bom assinalar, acusou o golpe e reprovou a crítica, argumentando, como se fosse possível fazê-lo ao mesmo, que, com a noção de *habitus*, escapava tanto do estruturalismo sem sujeito quanto da filosofia do sujeito. Assim, com uma única noção, resolveria a antiga contradição lógica com a qual se debatem até hoje as ciências sociais e expressa magnificamente, porque de forma tão ingênua, na afirmação de Marx que os homens fazem a história mas a fazem em condições dadas. Segundo Bourdieu, o problema da crítica de Jon Elster é acusá-lo dos dois termos, isto é, do estruturalismo e do voluntarismo e, portanto, de reunir em uma só, duas formas de explicação mutuamente excludentes - o que, afinal, pode ser um problema de Bourdieu, mas não necessariamente da crítica: o conceito de *habitus*, como se vê em seguida, permite a inconveniência. O que é mais tocante, no entanto, é que Bourdieu parece incorporar como sua a perspectiva de Elster, mais confusamente que esse último, todavia, sobre cuja posição afirma: tanto mais surpreendente na medida em que, provavelmente sob o efeito da confrontação foi levado a considerar o que está na própria

No entanto, a maior parte das energias críticas de Jon Elster é gasta com o marxismo, até mesmo porque se espera que dele se possa *make sense*. Em resumo, enquanto o pensamento científico se executa de trás para diante, de causa a efeitos, o pensamento teleológico procede atribuindo ao que não é (ou o que virá a ser mas que apenas se sabe depois que foi) a explicação do que é. Mas o marxismo vai além e associa uma teleologia da história com um presumido socialismo científico e, casando causa eficiente com causa última, termina por produzir falácias e não explicações: "essa combinação de teleologia e causalidade pressupõe premissas teológicas, em particular, a existência de um sujeito divino" (Elster, 1989: 211, grifo meu). Em Hegel, já se sabe, a divindade é a história. Em Marx tanto pode ser a

(cont.) origem de minha representação da ação - o ajustamento das disposições à posição, das esperanças às chances: "sour grapes", as uvas verdes demais. Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o "habitus", necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. A ação comandada pelo "sentido do jogo" tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio. (...) As condições para o cálculo racional nunca são dadas na prática: o tempo é contado, a informação é limitada, etc. E, no entanto, os agentes fazem, com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, a única coisa a fazer. Isso porque, abandonando-se às intuições de um senso prático que é produto da exposição continuada a condições semelhantes àquelas em que estão colocados, eles antecipam a necessidade imanente ao fluxo do mundo. Seguindo essa lógica, seria preciso retomar a análise da distinção, uma dessas condutas paradoxais que fascinam Elster porque são um desafio à distinção entre consciente e inconsciente (Bourdieu, 1990:22-3, grifo meu). Bourdieu não quer pagar o preço da escolha e fica, ao mesmo tempo, com o estruturalismo e com o reducionismo. Igualmente ignora que apenas se pode falar em escolha e em racionalidade dessa porque existem restrições à ação.

história que tenha um propósito imanente de livrar a humanidade da alienação e levá-la ao comunismo quanto pode ser o capital, para cujo benefício vários fenômenos operam (o poder do Estado, o progresso técnico, a democracia, parte dos acontecimentos históricos contemporâneos, etc.).

A questão não é tanto que essas explicações sejam necessariamente falsas, mas que Marx não nos dá as razões por que pensa que elas são verdadeiras. Existem formas de explicação funcional que não se fundam na simples presença dos benefícios, mas que ou especificam os mecanismos pelos quais os benefícios reforçam as causas ou formulam proposições que, mesmo na falta de conhecimento sobre tal mecanismo, podem ser utilizadas para apoiar a explicação. Marx e a maioria de seus seguidores não sentiram, infelizmente, necessidade ou obrigação e justificar sua utilização da explicação funcional (idem: 212)

A conclusão principal propiciada nesse campo é que, frequentemente, as pessoas se dispõem a agir através de atividades que são gratificantes levando, sim, em conta, a gratificação, mas não com a finalidade de obtê-la. Essa distinção é tanto mais crucial quanto mais verdadeiro seja o fato que as recompensas de um determinado estado apenas apareçam como by product dele. O autor chama a atenção que esse é o caso do engajamento em atividades como a ciência ou as artes. Não se é cientista para ganhar status ou artista to get a thrill, mas o status e o arrepiro podem reforçar a motivação. Certamente o mesmo raciocínio poderia ser aplicado à política. A vontade do poder é um mau preditor para o engajamento nela, até mesmo porque infalsificável, mas que, sem dúvida, pode reforçá-lo. Enfim, e felizmente, os atos humanos não se explicam pelas consequências que produzem.

Mas um outro tipo de associação, dessa vez entre indivíduo racional e indivíduo maximizador, repõe o caráter falacioso da visão estreita e não substantiva da racionalidade.

Estritamente, uma ação racional é aquela que possui relação com as razões do agente, isto é, suas crenças e desejos. As

razões são razões para a ação quando, considerando as crenças, elas são o melhor caminho para realizar o desejo. Ou, as razões são condutivas a uma ação se consistem em uma forma de realizar o desejo, dada a crença. Com isso, distingue-se a questão da unicidade da ação daquela de sua optimalidade, isto é, diferencia-se o problema existe um curso racional para a ação? daquele que pergunta é o curso racional o melhor meio para a ação? Na visão estreita, sempre o curso racional é melhor, propiciando, como no exemplo de Elster, a falta de compreensão para o frequente fato que uma pessoa, desejando matar uma segunda, possa espetar um boneco com um alfinete porque acredita que seja essa a melhor forma de proceder.

Dois polêmicas estão aqui envolvidas, a primeira com a "teoria da utilidade ordinal", que se assenta na idéia que as preferências são hierarquizadas, completas, estáveis e consistentes. Dada a existência de liberdade - e de recomeços - não existe tal coisa como preferências estáveis, nem mesmo no mais mezinho sentido. É possível que se adore Bach e deteste Litz mas a opção entre ouvir Bach e ouvir Litz e ao mesmo tempo comer pão para uma pessoa faminta redefine a escala. Da mesma forma, é falsa a presunção que a cada par de opções seja possível definir o que se prefere, o que não se prefere e aquilo ao qual se é indiferente, simplesmente porque, na maior parte das vezes, não se tem informações para a escolha e certamente é despropositada uma teoria que suponha erudição por parte dos agentes a maior parte do tempo.

Mas a crítica de Elster se dirige, sobretudo, à analogia entre o ser humano racional e o ser humano econômico. Racional, aceitam todos, é aquele ator cujas ações são coerentes com seus planos. No entanto, o ser humano econômico seria aquele para o qual o curso racional, além de tudo, fosse otimizador. Argui Elster, existem três situações nas quais não se chega a situações ótimas. A primeira, quando o conjunto de oportunidades se apresenta mal comportado. Ora, aquilo que distingue as várias

formas de comportamentos maximizadores é a natureza do ambiente (passivo ou paramétrico) e a extensão na qual o agente o conhece (permitindo-lhe agir sob certeza, incerteza ou risco). Decisão em condições de certeza em um ambiente paramétrico consiste no problema padrão da otimização. A questão é que sequer nesse caso existe sempre **optimalidade** ou **unicidade**. Como tem sido demonstrado com frequência, não apenas existem situações que comportam variadas soluções, todas igualmente boas, como reiteradamente se convive com a impossibilidade de uma solução maximizadora (por exemplo, o menor número próximo a zero).

A segunda impossibilidade de otimização se verifica quando as decisões se dão em condições de incerteza. Nesse caso, seguindo Arrow e Hurwicz (1972) e conforme explora em *Ulysses and the Sirens* (op. cit.), dada a inexistência de probabilidades ordinais para os possíveis resultados, a racionalidade somente poderá levar em conta a pior e a melhor consequência para cada curso de ação. Considerando que existem formas diversas de fazê-lo, por exemplo, escolhendo o menos ruim, a conclusão é que nem **unicidade** nem **optimalidade** são obtidas. Em suma, o fato de existir uma escolha não significa que ela seja ótima; a aceitação do contrário implicaria a confusão entre indiferença e incomparabilidade.

É certo que existe a questão de quanto longe se deva ir para adquirir a informação; é certo, igualmente, que existe aqui um paradoxo: as evidências obtidas na empreitada dedicada à sua obtenção são elementos importantes do cálculo de qual o nível ótimo das evidências que devem ser obtidas. Em outras palavras, existe um conflito entre o tempo (ou o dinheiro) necessário para obter as informações e o tempo (ou o dinheiro) necessário para usar as informações, quebrando-se o elo entre racionalidade e **optimalidade**. Ex ante não se sabe o nível ótimo de evidências necessárias porque esse depende daquelas que estão sendo produzidas. Aliás, nem ex post. Isso não quer dizer que decisões

não sejam ou não devam ser tomadas mas, sim, que **decisões corretas e decisões racionais** não são equivalentes.

Por último, o jogo pode não possuir solução quando o agente estabelece objetivos que são incompatíveis com os planos dos outros. É claro que através da teoria dos jogos se pode estabelecer uma solução aceitável para a qual todos os jogadores convirjam. Entretanto, nem o fato de que ela se proceda significa que ela seja a melhor, nem sequer, o que é mais grave, existe garantia que ela se proceda. O exemplo mais próximo à nossa cultura é o de um jogo que retrata como funciona a hiperinflação: cada jogador deve escrever um número em um papel e aquele que escrever o número maior corresponderá ganhos equivalentes às diferenças entre seu número e o dos outros. Claramente não há equilíbrio e o jogo simplesmente explode.

IV.

Se até agora se dissertou a respeito dos resultados para a análise produzidos por uma concepção estreita de racionalidade, outra preocupação de Elster respeita à racionalidade quando aplicada à ação coletiva. Isso porque ele supõe que indivíduos não determinam autonomamente suas preferências mas, sim, que elas se geram em algum plano socialmente concebido:

I might add, lest someone should think I embrace game theory as the solution to all problems, that I do not think it capable of handling the following: the desires of each depends on the action of all. This refers to the fact that individuals' preference and plans are social in their origins, which differ from the idea that they may be social in their scope, i.e. that the welfare of others may be part of the goals of the individual (Elster, 1983:13).

Pois, agora o que importa é o domínio da sociedade propriamente dita. Ora, a concepção "estrita" da expectativa racional, quando preocupada com o que denomina "escolha social", ou seja, quando quer explicar o surgimento de uma racionalidade

coletiva, a pensa como um problema de agregação e, empiricamente, o Estado possuiria apenas funções administrativas que podem ser resumidas como as de prevenção de trapaiças. Não importa se, do ponto de vista da filosofia moral, a preferência seja "egoista, invejosa, destrutiva, conformista ou efêmera", mas, sim, que ela se deduz da soberania da vontade, da mesma forma que a economia do bem estar é neutra e se deduz da soberania do consumidor. Nesse caso, a função do Estado se reduz à administrar os instrumentos que permitem a todos, a expressão de suas preferências sobre a sociedade, da mesma forma que já as teriam expressado a respeito de suas respectivas vidas privadas, na condição de consumidor ou produtor.

Segundo Elster, tal presunção assenta-se em dois supostos, ambos contestáveis: em primeiro lugar, que a única alternativa à agregação de interesses seja a censura dos mesmos e, em segundo, que a censura seja objetável. A questão é que produzir uma escolha coletiva não agregadamente e sem censura não significa excluir alternativas *top ranked*, mas aceitar que, através da política, e do que ela seja essencialmente, preferências não se agregam e, sim, transformam-se.

On this view the core of the political process is the public and the rational discussion about the common good, not the isolated act of voting according to private preferences. The goal of politics should be unanimous and rational consensus, not an optimal compromise between irreducibly opposed interests. The forum is not to be contaminated by the principles that regulates the market, not should communication be confused with bargaining (Elster, 1983: 35).

Confessadamente, essa é uma forma de pensar que vem de Hannah Arendt, Jürgen Habermas e, a meu juízo, principalmente de John Rawls. Com Hannah Arendt, Elster compartilha a crença que a política é a ação que corresponde à condição humana, sem mediação "das coisas ou da matéria". Corresponde à condição humana porque existe onde quer que as pessoas vivam juntas. Corresponde ao que precipuamente seja a ação humana porque apenas através dela se

pode começar algo novo "que mais tarde emerge como a história singular da vida dos recém-chegados". E ainda, como quer Elster, também Arendt compreende que, com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes, a ação quase sempre deixa de produzir seus objetivos, embora esteja sempre a produzir história. (Arendt, 1981).

Habermas, por seu lado, tem discorrido a respeito de uma questão que é crucial no raciocínio de Elster, o de que o consenso não é o ponto ótimo de agregação de interesses mas sim o produto de pelo menos quatro tipos de validações: que as demandas trazidas para a arena da negociação política sejam compreensíveis; que seus conteúdos propositivos sejam verdadeiros; que seus porta-vozes sejam sinceros e, por último, que a manifestação das propostas que se quer ver transacionadas seja entendida como apropriada (Habermas, 1975). Por causa desses quatro critérios é que se pode significar, como quer Elster, a política como uma atividade racional e comunicativa, na qual seu destino seja gerar um consenso que expresse um "desejo racional", longínquo de pontos ótimos para paixões privadas.

Mas o apelo a Rawls pode ser definitivamente esclarecedor. Para esse, a identificação da política com a justiça se impõe como princípio maior condutivo da vida social não por causa de qualquer direito concebido *ex ante* (ou por considerações do bem estar alheio, como afirma Elster) mas como a *rationale* possível diante da imponderabilidade da vida associativa.

De fato - e a digressão aqui pode aclarar o que se segue na exposição das idéias de Elster - o objetivo de *A Theory of Justice* (Rawls, 1971) é produzir uma nova concepção de justiça, desafiando a tradição utilitarista segundo a qual justa é a escolha que maximiza a felicidade geral (o que, de *per se*, já é contrariador dos princípios do individualismo metodológico). E fato que ao longo de seu bem sucedido reinado, o utilitarismo vinha sofrendo contestações, de maneira geral acusando seu

caráter falacioso: em resumo, o que maximiza a felicidade geral e gera a prosperidade pode estar bem longe da maximizar a felicidade individual de alguns atores (por exemplo, a escravidão ou o imperialismo). Rawls, no entanto, não apenas critica o princípio da utilidade mas o substitui por um novo, ressuscitando, no empreendimento, alguns pressupostos contratualistas e outros do racionalismo kantiano.

Assume-se razoavelmente que as pessoas possuem alguns objetivos, que alguns desses são mais importantes que outros, e que mecanismos de sociabilidade podem facilitar o seu alcance. No entanto, na interação, uma restrição se adiciona, a do véu da ignorância. Sabem os agentes que possuem fins mas não sabem os fins dos demais, não sabem dos recursos que dispõem para realiza-los, nem dos recursos daqueles com os quais convive. Sabem, apenas, que não querem perder. Segundo um comentarista, o propósito do véu da ignorância é eliminar da negociação a possibilidade da trapaça, de realizar os próprios interesses às expensas dos demais: "no biases can occur among rational deliberators beset by the veil of ignorance, since no such negotiator has any idea whether a biased position will help or hinder him once the veil is lifted and he discovers his position in the real world (Gorowitz, 197: 279). Como afirma o próprio Rawls, considerando que sua intenção seja deduzir uma teoria "procedural" da justiça, é impositivo que os efeitos das contingências sejam anulados e que ninguém possua, na posição original, uma capacidade mais acentuada que os demais para explorar em seu benefício, circunstâncias sociais ou naturais (Rawls, op.cit.: 136). Assim, na posição primeira, qualquer princípio que seja danoso a qualquer agente pode produzir seus efeitos sobre qualquer daqueles que o estejam negociando. Diante da restrição da incerteza, trata-se de escolher a melhor concepção de justiça possível. No entanto, porque dotado o agente de racionalidade, certamente é inaceitável (porque não se sabe onde se está em relação aos demais) qualquer concepção que seja

punitiva a qualquer indivíduo. Daí o que emerge da negociação racionalmente conduzida é um conceito que entende justiça como **fairness**, isto é, que garante a cada qual o igual direito ao mais extensivo sistema de liberdades básicas iguais compatível com um sistema de liberdade para todos. Tendo distribuído liberdade com equidade, isto é, porque todos querem a liberdade, racionalmente ninguém pode tirar a liberdade de quem quer que seja, trata-se, em seguida de distribuir os demais bens primários. Igualmente, nesse caso, a aceitação do princípio maximizador utilitarista pode ser contraproducente, desde que continua prevalecendo o véu da ignorância. E, se assim o é, o segundo princípio emerge: desigualdades de quaisquer tipos, sociais ou econômicas, devem ser organizadas de forma tal que tanto beneficiem os piores posicionados, quanto faça com que as posições sejam abertas para o alcance de todos, através de alguns sistema de igualdade de oportunidades.

Elster prossegue na devastação que Rawls já iniciara quanto a qualquer possibilidade de se constituir teoricamente a idéia de felicidade pública como maximização agregada de felicidades individuais, lembrando, em primeiro lugar, alguns valores bastante simples mas prevaletentes na vida comum. Certos argumentos - por exemplo, o de que soluções devam ser buscadas porque favorecem certos grupos aos quais pertence o ator, simplesmente não podem, legitimamente, ser levantados.

Workers or women, for instance, cannot claim advantages simply by virtue of their status. They must argue that status entitles them to advantages because of certain ethical relevant features that, if found in other groups as well, would entitle the member of the latter to similar benefits. Argue on grounds of entitlement, rather than simply negotiating from strength, logically implies the readiness to accept the claims of others that are similarly placed in the relevant respects. Now this argument shows only that in political debate one has to pay some lip-service to the common good (Elster, 1983: 36)

Em segundo lugar, questiona-se o significado que o utilitarismo confere à liberdade quando supõe que é do seu uso que as preferências agregadas derivam. Tanto parece perverso a Elster significar como livre uma situação na qual o que se quer fazer não coincide com o que a sociedade oferece, não importando a amplitude, quanto supor que um ser humano seja livre simplesmente por ter ele se contentado com pouco, através de mecanismos de preferências adaptativas (idem: 128). Na forma com a qual é modificada, a concepção de liberdade importa porque, consigo, ela carrega a de autonomia. Essa última, por sua vez, consiste em uma importante submissão para que se constitua o que seja felicidade, da qual decorre a justiça.

Em resumo, o demais mantido constante, a liberdade é função do número e da importância de contingências dentre as quais (a) se é livre para fazer; (b) se é livre para não fazer; (c) se quer fazer. Em suma, a liberdade presume liberdade em relação à ação, so that, say, the Australians while free to vote, are not free with respect to vote. And then one's freedom depends on the number and importance of the things one wants to do and with respect to which one is free (idem: 129). Autonomia, assim, é constitutivamente parte da liberdade, et pour cause, da felicidade.

Aqui o autor concorda com a perspectiva de Hirschman de que a felicidade se distingue do conforto e contém, no seu interior, um elemento do que a língua inglesa denomina longing (a esse propósito, Hirschman cita Bernard Shaw para o qual existiriam duas desgraças na vida: a primeira, não se obter o que se deseja; a segunda, se obter. Hirschman, 1983). A direção é a mesma mas a citação na qual Elster se apoia é de Bertrand Russell: To be without some of the things you want is an indispensable part of happiness (Cf. idem: 136) Assim, ao contrário de um utilitário, que nessas circunstâncias pelejaria por um nível ótimo de frustração, o argumento caminha no sentido de demonstrar que mesmo um nível mais que ótimo de frustração é aceitável desde que

consista uma parte indispensável da autonomia - e da liberdade. E aqui, portanto, que se verifica o encontro de Elster com Rawls.

No entender do primeiro, e caminhando junto ao segundo, uma teoria da justiça (e do welfare) deveria satisfazer, ao menos, dois critérios: constituir um guia para ação no sentido que possibilite a escolha em situações importantes e não violar intuições éticas.

Mas a proximidade com Rawls implica o afastamento lógico de qualquer "ótimo paretiano". Se duas ou mais alternativas são, de forma igual, maximamente boas, a teoria deve ser capaz de dizer qual delas deve ser escolhida em um sentido substantivo e não simplesmente prover uma escolha através de um artefato qualquer, como o do princípio que "x é socialmente melhor que y se, e apenas se, uma pessoa prefere x a y e ninguém prefere y a x; conquanto, a sociedade será indiferente entre x e y se alguém prefere x e um outro prefere y". Ao mesmo tempo, devem ser rejeitadas teorias que transgridam normas éticas.

My objection to utilitarians, then is that it fails on both of those counts. Ordinal utilitarianism in some cases fails to produce a decision and cardinal utilitarianism sometimes generates bad decisions. The indecisiveness of ordinal utilitarianism is due, as in other cases, to the paucity of information about the preferences. Cardinal utilitarianism allows for more information, and therefore ensures solutions to the decision problem. But even cardinal allows too little information (idem: 137).

É perfeitamente possível, assim, que o resultado obtido pela resignação seja formalmente semelhante àquele obtido através da realização possível de desejos autonomamente desenhados; no entanto, substantivamente a diferença é vasta. Elster é um autor que escreve a respeito dessa diferença e dessa substância.

V.

Em entrevista concedida a Sweedberg, Elster utiliza um termo que o século XVII convencionou cunhar para a idéia de crescimento- inussusceptio- com a finalidade de designar como acredita que as idéias devem se desenvolver: tal qual cristais ou árvores, por dentro e não somente por fora. De uma maneira abarcada (Sweedberg, 1990). Essa a razão que, com suas poucas noções - preferência endôgena, sub-produto, pré-compromisso ou self defeated action - seu pensamento redesenha as fronteiras internas das disciplinas das ciências sociais. A rigor, ele submete todo seu território à mesma lógica. Conforme afirma, o fato de que os fins da ação sejam burilados pela cultura não significa que a racionalidade seja uma variável cultural. Assim, não existe uma racionalidade econômica e outra sociológica ou política: *there is one force of gravity and there is one concept of rationality* (idem:241).

Mas aqui vale a pena enfatizar que a recomendação de deverem todas as ciências sociais operar com mecanismos, dentre os quais o das expectativas racionais é um dos mais importantes, não implica a miscigenação de suas respectivas arenas disciplinares. Interdisciplinaridade simplesmente não funciona porque o trabalho intelectual é precipuamente disciplinado e toma em consideração não apenas os fundamentos específicos e identificadores do campo quanto a moral e a ética que subjazem a esses fundamentos e que definem formas peculiares de responsabilidade intelectual.

A racionalidade, já se vê, não é o único caminho do comportamento humano: as normas também o desenham porque consistem em razões para a ação.

Utilizando o conceito de normas, Elster enfrenta duas poderosas tradições: a de Weber e a de Durkheim. Com a weberiana, ele se confronta basicamente com a idéia de uma "racionalidade com relação a valores", que considera obscura e indistinta da

racionalidade tradicional e que, a rigor, não acredita poder ser abarcada pela racionalidade. Ao final, resta com a idéia que a ação se impulsiona ou pela racionalidade (instrumental) ou compelida por normas sociais não instrumentais, por exemplo, "intuições éticas" próprias ao comportamento justo ou à impossibilidade ética da explicitação do próprio egoísmo na interação política.

Nos seus termos, normas sociais não são orientadas pelas consequências das ações que inspiram, isto é, elas dizem o que fazer mas não que se o faça com a finalidade de se ganhar recompensa ou atingir qualquer objetivo. Portanto, possuem a peculiaridade de combinar elementos "tradicionais", "afetivos" e, se se insiste, aqueles próprios a uma racionalidade orientada por valores.

Sobre Durkheim, ele é corrosivo: *quite disastrous consequences for sociology and perhaps even more so for anthropology* (idem: 239). Mas aqui, voltamos às árvores e cristais e a crítica ao inventor da sociologia é a mesma àqueles que inventaram a ciência econômica: a lógica maníaca que tudo explica pelas consequências presumidas e a subsunção de um todo, referido ao qual tudo ganha compreensão.

Portanto, talvez seja possível concluir se afirmando que, acridoce com Marx, rejeitando Durkheim e pouco devedor a Weber, o maior parentesco que se encontra para Elster é o de Parsons, especialmente quando, em companhia de Edward Shils, se dispõe a reconstituir a teoria da ação, simplificando os variados sentidos das motivações weberianas para apenas dois termos, o motivacional e o valorativo. De certa maneira, as razões motivacionais, como quer que apareçam - cognitiva, catética ou avaliativamente - assemelham-se ao formato da ação racionalmente concebida, tal como entendida por Elster - e por Weber. Em outras palavras, são ações com um propósito que supõe um cálculo entre gratificação e privação. Relativamente aos mecanismos de prevalência de tais

razões parece ter sido grande a contribuição de Elster às ciências sociais e, sem dúvida, operando os instrumentos do *by product* e *self defeating action*, ele pavimentou o caminho que foi desbravado por Weber, Parsons e Shils.

No entanto, segundo ele próprio, cada vez mais estaria interessado em especular sobre o outro caminho do impulso para a ação, aquele que percebe advindo das normas e que Parsons e Shils consideram inspirados por valores. Para esses últimos, os indivíduos estariam submetidos a orientações valorativas que lhes impedem o cumprimento de certas regras culturalmente organizadas e que lhes estipulam normas cognitivas, apreciativas ou morais. Em outras palavras, ações se submetem a certos juízos cognitivos que estabelecem, por exemplo, propriedade de linguagem; subordinam-se, igualmente, a certos padrões estéticos, por exemplo, o que seja estipulado como bom-gosto; por último, os atores estão subordinados pela responsabilidade que provocam as consequências de seus atos, tendo em vista aquilo que se define como sendo a integridade de sua personalidade ou a integridade do sistema social dentro do qual atuam (Parsons e Shils, 1968: 81-83).

A questão é que sob a inspiração de Talcott Parsons constitui-se um terreno de enormes proporções para a especulação sobre o efeito que as normas produzem nas ações humanas. Nesse sentido, Parsons alargou de forma substantiva as intuições de Durkheim sobre o papel da cultura na conformidade social, ou dos elementos não contratuais na obediência ao contrato. A essas alturas já está suficientemente reconhecida a descrença do sociólogo francês com a capacidade da divisão do trabalho produzir solidariedade de forma mecânica. Sabia ele que algum mecanismo simbólico lhe deveria ser acrescentado e daí sua preocupação sistemática com alguma forma de educação moral. O problema todo é que Parsons desenvolve Durkheim mas não ultrapassa Durkheim e, em última análise, acata que o critério das normas e valores seja o da integração da sociedade. Seu

caminho, assim, nesse aspecto, está obstado a Elster pelas mesmas razões que obstaram o uso do de Durkheim: ações não podem se explicar por suas consequências.

O recurso a Habermas igualmente aqui se mostra pouco inspirador. Habermas presume que controvérsias morais, em virtude de suas premissas valorativas, não podem se decidir pela razão. Conforme entende, o consenso sobre que normas adotar se impõe por razões racionais e não pela racionalidade das razões, isto é, por seu conteúdo implícito: *the validity claim of norms is grounded not in the irrational volitional acts of the contracting parties, but in the rationally motivated recognition of norms, which may be questioned at any time* (Habermas, op. cit.:105-6). No entanto, se as normas não possuem valor racional intrínseco, embora sejam assertivas de alguma moral, o argumento que subjaz a seu império possuiria duas funções (tasks): testar a consistência de suas premissas valorativas e testar a realização de finalidades selecionadas pelos valores. O raciocínio é, pois, cristalinamente parsoniano e, na melhor tradição de Durkheim, supõe que as normas cumprem tarefas.

Resta, então, aguardar que Elster estabeleça os mecanismos e as razões que fazem com que, a seu juízo, indivíduos concebidos kantianamente como livres sigam normas que estabelecem o que fazer mas não porque fazê-lo, nem do seu próprio ponto de vista, nem do ponto de vista dos seus efeitos sobre o convívio humano. De certo modo, Habermas já apontou o mesmo dilema teórico, referindo-se às bases da ação legítima tal como postuladas por Max Weber. Quando a validação da ação se baseia em algum critério de verdade, poder-se-ia falar, weberianamente, em racionalidade; senão, *the ground on which it is explicitly based have only psychological significance* (Habermas, op. cit.:97). Este é, pois, a meu juízo a mesma armadilha na qual se prende Jon Elster. Não foi Freud que teria afirmado que a compulsão à repetição consiste na caracterização do comportamento psicótico? Enquanto Elster não resolver a questão, estará se movendo, na pior das hipóteses, no

terreno do patológico e, na melhor, no mesmo território de Bourdieu, que ao menos a reconheceu e lhe procurou resposta, na tradição mimetista de Tarde, com o conceito de habitus.

B I B L I O G R A F I A

- Arendt, Hannah (1981) *A condição humana*. Forense Universitária/Salamandra Consultoria Editorial/ Editora Universitaria de São Paulo, Rio de Janeiro/São Paulo.
- Arrow, Kenneth; Hurwicz, Len (1972) "An Optimality Criterion for Decision-making under Uncertainty", in Carter, C.F.; Ford, J.L. (eds) *Uncertainty and Expectation in Economics*. Clifton, New Jersey.
- Bourdieu, Pierre (1990) *Coisas Ditas*. Brasiliense, São Paulo.
- Dumont, Louis (1985) *O individualismo*. Rocco, Rio de Janeiro.
- Elster, Jon (1979) *Ulysses and the Sirens*. Cambridge University Press, Cambridge (GB).
- (1982) "Marxism, Functionalism and Game Theory". *Theory and Society* 11:453-82.
- (1983) *Sour Grapes: studies in the subversion of rationality*. Cambridge University Press, Cambridge (GB).
- (1985a) *Making Sense of Marx*. Cambridge University Press, Cambridge (GB).
- (1985b) "Deception and Self-Deception in Stendhal". Em *The Multiple Self: studies in rationality and social change*. Cambridge University Press/ Maison des Sciences de l'Homme, Cambridge (GB)/Paris.
- (1989) *Marx Hoje*. Paz e Terra, São Paulo.
- Dentzien, Plínio (1989) "Apresentação". *Marx Hoje*, *idem*.
- Gorowitz, Samuel (1975) "John Rawls: a theory of justice", em de Crespigny, Anthony; Minogue, Kenneth (eds.) *Contemporary Political Philosophy*. Methuen and Co., Londres.
- Habermas, Jurgen (1975) *Legitimation Crisis*. Beacon Press, Boston.

Hirschman (1983) *De Consumidor a Cidadão*. Paz e Terra, Rio de Janeiro

Levi Straus, Claude. (1978) *Mith and Meaning*. Routledge and Keagan Paul, Londres.

Merton, Robert King (1964) *Teoria y Estructura Sociales*. Fondo de Cultura Económica, México/Buenos Aires.

Parsons, Talcott; Shils, Edward (1968) "Los valores, los motivos y los sistemas de acción". In *Hacia una Teoría General de la Acción*. Editorial Kapelusz, Buenos Aires.

Rawls, John (1971) *A Theory of Justice*. Cambridge University Press, Cambridge (GB).

Sweedberg, Richard (1990) *Economics and Sociology*. Princeton University Press, New Jersey.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1991

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

251. LESSA, Carlos; FIORI, José Luis. E houve uma política econômica nacional-populista? IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 251)
252. PENA, Maria Valéria Junho. Um sub-produto das expectativas racionais - anotações de leitura sobre as razões de Jon Elster. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 252).

Nº de
páginas

34

30

ESTE LIVRO DEVE SER CONSULTADO NA BIBLIOTECA

S
UFRJ/IEI
TD252

U34473-7
FEA

PENA, MARIA VALERIA JUNHO.

SUB-PRODUTO DAS EXPECTATIVAS
RACIONAIS : ANOTAÇÕES DE LEITURA
SOBRE AS RAZÕES DE JON ELSTER.

MS 88841